

REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE TERESINA

Sandra Batista da Silva (bolsista do PIBIC/CNPq), Luís Carlos Sales (orientador PPGED-UFPI)

Introdução

A pesquisa investigou a remuneração de professores da educação básica da Rede Pública Municipal de Teresina, tendo como fonte os microdados disponibilizados pelo MEC/INEP: O Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. “Tal censo foi realizado com vista a atualizar os dados referentes aos profissionais do magistério para orientar a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério” (FUNDEF). O censo escolhido foi o de 2003, uma vez que não existem dados censitários mais recentes no Brasil sobre os profissionais do magistério. Dessa forma, o problema a ser investigado diz respeito à valorização dos professores, pois para se ter um ensino de qualidade nas escolas, uma das condições básicas é que se tenha uma carreira do magistério, organizada e atraente. As formas de valorização do magistério geralmente são classificadas a partir de três dimensões: salário, condições de trabalho e formação continuada. Este relatório ateuve-se apenas à dimensão salarial, ao investigar, no referido censo, as informações relacionadas aos profissionais do magistério das redes federal, municipal e particular de ensino de Teresina e do Estado do Piauí de 2003.

Metodologia

Foram utilizadas as informações dos microdados disponibilizados pelo MEC/INEP: O Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. A exploração das informações escolhidas no referido censo consistiu das seguintes etapas: definição dos microdados relacionados ao objeto da pesquisa; otimização dos microdados (seleção das variáveis de interesse da pesquisa); verificação da consistência dos dados e análise e inferências estatísticas. Para analisá-los, recorreu-se ao software Startitital Package for the Social Siences (SPSS version 17.0).

Portanto as variáveis disponibilizadas e de interesse da pesquisa, processadas no SPSS, foram: o sexo dos profissionais, o nível de formação desses profissionais, as modalidades e etapas de ensino que atuam a titulação máxima em nível de pós-graduação, a participação em alguma atividade ou curso de formação continuada nos últimos dois anos, o formato da capacitação (se foi presencial, semipresencial ou à distância), a qualidade dessa capacitação, carga horário de trabalho semanal e a média salarial por semana.

Resultados e Discussão

De posse dos microdados no programa SPSS, procedeu-se uma análise acerca do nível de formação dos profissionais de Teresina. No referido procedimentos analítico, constatou-se que a grande maioria desses profissionais estão preparados para exercer a profissão, pois eles estão dentro dos padrões determinados pela LBD (Lei de diretrizes e Bases da Educação-1996) que determina que estão habilitados para atuar como profissional da educação básica, os concluintes do ensino médio (curso de normal superior e médio profissionalizante) para atender a Educação Infantil e as quatro séries iniciais do Ensino Fundamental, e os concluintes

do Ensino Superior em cursos de graduação com licenciatura plena, para atuar nas séries finais do Ensino Fundamental e Médio. Na análise dos dados, constatamos que 70% dos docentes concluíram curso de licenciatura. Na pesquisa, observamos que houve uma grande redução no número de professores leigos atuando nas instituições de ensino, assim como um aumento significativo no percentual de docentes com formação de nível superior, que no caso de Teresina, constituiu-se de 70,0% e no Piauí (54,7%) de seus profissionais. Observamos, também, que a rede municipal de a Teresina possui os profissionais mais qualificados, pois 82,1% de seus profissionais têm curso superior com licenciatura. Com relação ao salário dos docentes dos profissionais de Teresina, constatamos que a média salarial mais bem paga semanalmente concentrava-se na rede de ensino federal, com R\$64,61; a segunda era a rede privada R\$32,27, a terceira a rede municipal R\$26,17 e a de menor remuneração, semanalmente, estava na rede estadual com R\$19,19. No caso do Piauí, podemos observar que a rede Federal ainda é a rede que oferece os melhores salários semanais com média de R\$68, 74, em segundo lugar esta a rede privada R\$22, 98, em terceiro lugar fica a estadual R\$18,99 e em quarto ficar a rede municipal com R\$15, 68. O que podemos concluir, é que tanto em Teresina como no Piauí as redes de ensino ocupam o mesmo lugar com relação à média salarial por semana paga aos seus profissionais. Esses valores foram calculados a partir dos salários mensais, considerando as cargas horárias contratadas. Na exploração dos microdados, constatamos que a docência é uma profissão majoritariamente feminina, tanto em relação à Teresina (80,8%) quanto em relação ao Piauí (83,5%), conforme mostra a tabela 01.

TABELA01
Sexo dos professores

	Frequência	(%)	Frequência
FEMENINO	5956	80,8	33514
MASCULINO	1384	18,8	6426
Total	7369	100,0	40126

Constatamos, também, que, apesar de uma boa parte dos professores participarem de cursos de formação continuada, os percentuais daqueles que estão sem pós-graduação ainda é muito grande, no caso de Teresina era de 25,3%, no entanto 16,2% têm especialização. Concluímos que em Teresina existia em 2003 uma carência muito grande de profissionais com doutorado (0,1%) e mestrado (0,6%).

Conclusão

Reconhecemos que apesar de inúmeras leis, resoluções, decretos e pareceres que regulam a formação e a profissão docente, elas não foram capazes de transformar, de forma significativa, a realidade desses profissionais, em particular, do professor que atua na educação básica das redes públicas. Portanto, somente investigando e compreendendo a realidade dos profissionais do magistério é que teremos condições de subsidiar os gestores para que possam realizar ações com vista a melhorar as condições de vida e conseqüentemente de trabalho dos profissionais em todas as suas dimensões: salário, condições de trabalho e formação continuada. Dessa forma, como já afirmava SANTOS “a LDB contempla de maneira subjetiva a

condição adequada de trabalho (art. 67, inciso VI), mas não explicita quais são as condições mínimas para que o docente realize satisfatoriamente a sua atividade educacional”, ou seja, todo fica muito superficial deixando sempre uma lacuna para que tais leis que regulamentam a valorização docente não vigorem efetivamente. No entanto, pesquisas como essa é de fundamental importância para o levantamento de informações sobre os profissionais da educação Básica do Piauí e de Teresina, contribuindo assim para a concessão de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida dos profissionais da educação, oferecendo dados, análises e diagnósticos específicos da situação dos docentes que atuam nas instituições de ensino públicas, o que implica na consolidação de políticas voltadas para o professor para o cumprimento das diretrizes que norteiam políticas para a valorização do magistério.

Palavras-chaves: FUNDEF. Remuneração. Censo do magistério.

Apoio: PIBIC/CNPq

Referências

SANTOS. Gabriela Oliveira. **As condições de trabalho docente no ensino superior no contexto das reformas educacionais:** Impactos na realidade Bahiana. Disponível: <http://www.meuartigo.brasilecola.com/educa%C3%A7%C3%A3o/o-trabalho-do-docente-na-educacao-basica>. Acesso em: 25 de julho de 2010 as 15: 30hs.

MEC/INEP. **Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.** 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Instituto Nacional da Educação/MEC. **Microdados do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003/Manual do usuário,** Brasil, 2006.